



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº : 13708.000762/92-28  
Recurso nº : 12.152 - *EX OFFICIO*  
Matéria : CSL - EXS: 1989 E 1990.  
Recorrente : DRJ NO RIO DE JANEIRO/RJ  
Interessada : TELETEC-COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE APARELHOS ELETRÔNICOS LTDA.  
Sessão de : 14 de novembro de 1997  
Acórdão nº : 103-19.067

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. DECORRÊNCIA. O decidido para o auto de infração matriz estende-se aos lançamentos decorrentes, dada a inexistência de fatos ou argumentos que possam ensejar conclusão diversa.

Recurso improvido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pelo DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DE JULGAMENTO NO RIO DE JANEIRO/RJ.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso *ex officio*, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

  
CÂNDIDO RODRIGUES NEUBER  
PRESIDENTE E RELATOR

FORMALIZADO EM: 08 DEZ 1997

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: VILSON BIADOLA, MÁRCIO MACHADO CALDEIRA, EDSON VIANNA DE BRITO, SANDRA MARIA DIAS NUNES, NEICYR DE ALMEIDA E VICTOR LUÍS DE SALLES FREIRE. Ausente, a Conselheira RAQUEL ELITA ALVES PRETO VILLA REAL.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº : 13708.000762/92-28

Acórdão nº : 103-19.067

Recurso nº : 12.152

Recorrente : DRJ NO RIO DE JANEIRO/RJ

## RELATÓRIO

O Senhor Delegado da Receita Federal de Julgamento no Rio de Janeiro/RJ recorre a este Conselho de sua decisão de primeira instância, que exonerou o contribuinte de crédito tributário em montante superior àquele fixado pelo artigo 34, inciso I, do Decreto nº. 70.235/72, com as alterações da Lei nº. 8.748/93.

Trata o presente processo de exigência apurada para a Contribuição Social sobre o Lucro - CSL decorrente daquela lavrada para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, através do processo nº 13708.000757/92-98.

A autoridade monocrática decide que, conforme decisão proferida no processo matriz ficou evidenciada a improcedência daquele lançamento, e em consequência, igual sorte colhe a contribuição exigida nos presentes autos.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº : 13708.000762/92-28  
Acórdão nº : 103-19.067

VOTO

Conselheiro CÂNDIDO RODRIGUES NEUBER, Relator:

O recurso obedece ao requisito disposto no artigo 34, inciso I, do Decreto nº. 70.235/72. Dele tomo conhecimento.

Conforme descrito nos autos, trata-se de exigência para a Contribuição Social, decorrente de fiscalização do Imposto de Renda Pessoa Jurídica.

No processo principal, correspondente ao IRPJ, que tomou o nº 13708.000757/92-98, o julgador monocrático recorreu de sua decisão a este Conselho, onde recebeu o nº 114.407, e julgado nesta mesma Câmara, não logrou provimento, conforme Acórdão nº 103-19.046, de 13 de novembro de 1997.

Em conseqüência igual sorte colhe o recurso apresentado neste feito decorrente na medida em que não há fatos ou argumentos novos que possam ensejar conclusão diversa.

Por todo o exposto, voto no sentido de negar provimento ao recurso *ex officio*.

Brasília - DF, em . 14 de novembro de 1997

  
CÂNDIDO RODRIGUES NEUBER